



DIÁRIO

da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE JANEIRO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João António Gonçalves do Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 35 minutos

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial [apreciação parlamentar n.º 6/VIII (CDS-PP)], tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza (Manuel Silva Pereira), os Srs. Deputados José Daniel Campelo (CDS-PP), Maria do Céu Ramos (PSD), Joaquim Matias (PCP) e Agostinho Gonçalves (PS)

O Decreto-Lei n.º 464/99, de 5 de Novembro, que revê as taxas contributivas do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem das actividades agrícolas e equiparadas desenvolvidas na Região Autónoma da Madeira [apreciação parlamentar n.º 7/VIII (PSD)] foi também apreciado Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Se-

cretário de Estado da Segurança Social (José Vieira da Silva), os Srs. Deputados Hugo Veloso (PSD), Barbosa de Oliveira (PS) e Lino de Carvalho (PCP)

Foi aprovado um parecer da Comissão de Ética relativo à substituição de um Deputado do PS e de um Deputado do PCP

Foi ainda apreciado o Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à permissão de condução de viaturas oficiais dos organismos e serviços do Estado e das autarquias locais por funcionários e agentes que não possuam a categoria de motorista [apreciação parlamentar n.º 8/VIII (PSD)] Intervieram, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa (Alexandre Rosa), os Srs. Deputados Joaquim Costa (PSD), José Egípto (PS) e Honório Novo (PCP)

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 35 minutos

O Sr **Presidente** (João Amaral) — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 10 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Casimiro Francisco Ramos
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto

José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luis Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luis Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Carmo Pires Almeida Borges
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marquero
 Vitor Manuel Alves Peixoto
 Vitor Manuel Caio Roque
 Zelinda Marganda Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Diniz Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves

David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maças
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello Branco
 António Herculano Gonçalves

António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Daniel Rosas Campelo da Rocha
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr. **Presidente** (João Amaral) — Srs. Deputados, vamos dar início à apreciação do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial [apreciação parlamentar n.º 6/VIII (CDS-PP)].

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Daniel Campelo

O Sr. **José Daniel Campelo** (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Sendo esta a primeira vez que intervenho nesta Câmara, gostaria de apresentar a V. Ex.ª e a todos os Srs. Deputados os meus cumprimentos.

Este Decreto-Lei que o Governo aprovou suscita à minha bancada muitas dúvidas quanto à possibilidade prática da sua aplicação. Louvamos o teor geral do documento, que consideramos ser positivo, na medida em que introduz algumas medidas de correcção e prevê a possibilidade de reduzir muitas injustiças relativamente à forma de utilização do solo, mas alguns dos seus artigos colocam-nos grandes dúvidas quanto à sua aplicabilidade.

Refiro-me especialmente ao Capítulo V, porque todo ele introduz um conceito muito vago e muito subjectivo, que é, na sua essência, susceptível de criar grandes dificuldades aos cidadãos e em particular aos municípios, nomeadamente quanto à forma de gestão desse conceito, que consideramos nobre, mas que é, do ponto de vista da minha bancada e do meu próprio, de uma gestão quase impossível.

Gostariamos de chamar a particular atenção do Governo para o conteúdo do artigo 117.º, que é absolutamente impossível de praticar. E se o Governo insistir na manutenção desta legislação com este artigo, introduz um bloqueio completo nos municípios que queiram, por exemplo, proceder à revisão dos planos directores municipais.

A consequência da aprovação deste artigo é, de duas, uma: ou se assume que há um bloqueio, durante cinco meses, do licenciamento no município ou, em alternativa, vai impedir os municípios de, por exemplo, por sua livre vontade, quererem fazer a revisão dos planos directores municipais, ou, então, querendo fazê-la, vão procurar fazer uma revisão que não altere as tais regras urbanísticas estabelecidas previamente nos planos para que o conceito, por exemplo, não fique bloqueado.

Penso que a construção é um processo dinâmico de desenvolvimento de todos os concelhos, por isso julgo que terá havido uma desatenção quanto à aplicação deste artigo

Neste sentido, propomos, muito concretamente, que ele seja eliminado ou, então, que seja substituído por uma fórmula que permita salvaguardar o objectivo que tem em vista e que nós percebemos, porque pensamos que por esta forma, tal qual está consagrada no texto, bloqueia por completo as autarquias. Alias, é eco já dessa situação o facto de vários presidentes de câmara se terem manifestado em várias instâncias absolutamente contra este artigo

Assim, recomendamos e pedimos que seja alterado este Decreto-Lei, nomeadamente o seu Capítulo V, que deveria precisar, para que não fique um critério excessivamente subjectivo tal qual está, as formas de compensação e que seja eliminado ou substituído o artigo 117.º, por ser altamente injusto

Para terminar, gostaria de lembrar ao Governo um aspecto muito importante que este Decreto-Lei não contém. Percebemos que o Governo queira tratar a lei da Reserva Ecológica Nacional em separado, mas não percebemos que o Governo tarde tanto a complementar esta situação com uma nova lei, que foi prometida até finais de 1997

Gostaria de chamar aqui a atenção desta Câmara e do Governo de que a não revisão desta lei está a causar ao País e, sobretudo, ao mundo rural um enorme prejuízo, porque é uma situação injusta e absurda

Compreendemos, naturalmente, que cedo se tenha verificado que tanto a primeira lei como os primeiros PDM estavam incompletos, mas foi uma aprendizagem que o País e as autarquias foram fazendo. E hoje, com os dados que são conhecidos, com a experiência que foi colhida durante estes anos de início de planeamento, chegamos à conclusão, nós e o Governo, de que esta lei da Reserva Ecológica Nacional é impraticável. Ela não é cumprida, porque não é possível, ela está a castigar sobretudo o mundo rural

Gostaria de deixar aqui ao Governo, uma vez mais, essa preocupação, porque não se trata de uma preocupação da bancada do Partido Popular, é uma preocupação do mundo rural e de todo o País,

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — e, portanto, ficava muito bem que o Governo se preocupasse em complementar esta legislação com a revisão urgentíssima da lei da Reserva Ecológica Nacional e, porventura, de outras reservas, como é o caso da reserva agrícola. Mas, sobretudo, a reserva ecológica é uma urgência

Por isso, em nome da minha bancada, peço ao Governo que nos informe o que é que vai fazer relativamente a esta matéria e qual é o prazo que prevê para a sua revisão

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr. Deputado José Daniel Campelo, obrigado pelos seus cumprimentos, que a Mesa retribui

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria do Céu Ramos

A Sr.ª Maria do Céu Ramos (PSD) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 380/99, que estabelece o regime jurídico dos instrumen-

tos de gestão territorial, constitui uma oportunidade para analisar politicamente as soluções escolhidas pelo Governo para concretizar e desenvolver as opções da Assembleia da República, através da aprovação da lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo. Algumas dessas soluções carecem de clarificação e merecem censura política

A lei de bases consagra, entre outros, o princípio da participação, forçando a consciência cívica dos cidadãos, através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial, e o princípio da segurança jurídica, garantindo a estabilidade dos regimes legais e o respeito pelas situações jurídicas validamente constituídas

Porém, o Decreto-Lei em apreço traduz os direitos de participação e as garantias dos particulares de forma limitada e insuficiente. O essencial da participação dos cidadãos e das associações representativas dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais parece esgotar-se na fase da discussão pública dos instrumentos de gestão territorial, sem conferir verdadeira projecção e eficácia aos direitos de cidadania urbanística consagrados na Constituição e que melhor se promovem através de instâncias preventivas, antes asseguradas no ordenamento jurídico

O mesmo se diga da impossibilidade de exercício do direito de petição para a adopção ou revisão destes instrumentos ou, ainda, da limitação do acesso das organizações não-governamentais ao Observatório, ao qual compete a avaliação dos instrumentos e políticas do ordenamento do território, onde não estão sequer representadas

Esta fluidez das garantias da cidadania urbanística está ainda reflectida na restrição do direito de impugnação directa aos instrumentos vinculativos dos particulares, isto é, os planos municipais e especiais de ordenamento do território, e na total ausência de mecanismos legais de salvaguarda do direito de impugnação a todos os titulares de direitos ou interesses legalmente protegidos

Assim, é forçoso concluir que as soluções encontradas pelo Governo para garantir os direitos dos particulares e assegurar os direitos constitucionais previstos nos artigos 65.º e 66.º da Constituição são soluções redutoras meramente reactivas e, por isso, seguramente, ineficazes.

Mas há outra questão de grande relevância e actualidade política que não pode escapar a um olhar mais atento e a este debate parlamentar trata-se do papel e modelo de funcionamento das comissões de coordenação regionais

À luz do Decreto-Lei n.º 380/99, as comissões de coordenação regionais desempenham um papel fundamental no que concerne aos instrumentos de gestão territorial. Por um lado, exercem competências sobre os planos regionais de ordenamento do território, cabendo-lhes ainda emitir parecer sobre os planos intermunicipais, quando existam, e emitir parecer sobre os instrumentos municipais; por outro lado, assumem um estatuto-*pivot*, em ordem a assegurar a concretização do princípio geral de coordenação das intervenções, tanto a nível interno como externo

Ora, as comissões de coordenação regionais foram criadas há mais de 20 anos, como organismos desconcentrados da administração central, e o seu escopo primitivo foi o de garantir as relações entre a administração central e as autarquias locais, cumprindo uma função integradora e de articulação

Ao longo destas duas décadas, as atribuições das CCR foram ganhando novos contornos, alargando o seu âmbito de actuação, aumentando em complexidade e assumindo enorme protagonismo no quadro das políticas de desenvolvimento. Hoje, são poderosas, pesadas e, muitas vezes, paradas, são, sobretudo, estruturas anacrónicas no que respeita à sua democraticidade e lógica representativa; são lugares apetecíveis para muitos, enquanto outros vão sonhando com os novos lugares de comissários regionais, que desejam ardentemente venham a existir!

Os comissários regionais — uma espécie de *big boys*, senhores todo poderosos de uma administração obesa e lenta — são uma mistificação, que não responde às necessidades efectivas de descentralização do Estado, descentralização essa que, para ser eficaz, tem de reconhecer e reforçar o papel do poder local.

É que, em 20 anos, a realidade das autarquias locais também se modificou. E se os municípios precisaram inicialmente de um forte apoio e alavanca técnica das comissões de coordenação regionais, eles são hoje o motor impulsor do desenvolvimento local e regional.

Mas a verdade é que subsiste no seio das comissões de coordenação regionais uma relação tutelar e menorizadora dos municípios, que insiste em não lhes reconhecer a maturidade entretanto alcançada e persiste numa representação deficitária, que exige uma intervenção legislativa.

O mesmo se diga do alheamento dos órgãos das CCR face às profundas modificações da sociedade, cujas estruturas empresariais, sindicais e de ensino, entre outras, lograram um dinamismo e um impacto que não podem ser ignorados.

O PSD, fiel ao veredicto popular expresso no referendo de 8 de Novembro de 1998, que rejeitou a instituição em concreto das regiões administrativas, fiel ao seu impulso reformador e depositário da esperança dos que acreditam e querem uma verdadeira descentralização administrativa, apresentou ontem, na Mesa da Assembleia da República, um projecto de lei que visa reformar os órgãos das CCR, reforçando a sua democraticidade e representatividade.

O Sr. **António Capucho** (PSD) — Muito bem!

A **Oradora**: — Esta iniciativa contribuirá, seguramente, a par de outras, para melhorar a visão que os cidadãos têm do Estado e para colocar, de facto, o Estado mais próximo e ao serviço dos cidadãos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Matias.

O Sr. **Joaquim Matias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A presente apreciação parlamentar — e talvez por isso o tom da discussão — resulta, certamente, de um equívoco. O Decreto-Lei n.º 380/99, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, tem o objectivo de regulamentar a lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, regulamentação, aliás, a que o Governo ficou obrigado pela própria lei, a cujos princípios gerais o Decreto-Lei, logicamente, deverá obedecer.

Ora, a justificação da apreciação parlamentar não se refere às disposições do Decreto-Lei por contrariarem a lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, aprovada por esta Assembleia, mas refere-se — e aqui está o equívoco — a outros princípios programáticos de um partido não relevantes para a matéria em discussão, nem passíveis de se sobrepor às leis da Assembleia da República.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP) — É evidente!

O **Orador** — O Decreto-Lei em apreciação, que revoga muita legislação dispersa e por vezes contraditória, reunido num único diploma o regime jurídico dos instrumentos que regulam a gestão territorial e determinam a utilização e qualificação do solo, é um passo importante para a definição e orientação das linhas programáticas do desenvolvimento sustentável do nosso país, orientado para a promoção da melhoria da qualidade de vida da nossa população, com respeito pela preservação dos recursos naturais e ambientais.

Damos, assim, mais um passo para a necessária construção de um código do urbanismo.

O diploma corresponde, em traços gerais, à lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, estabelece com relativa clareza a forma de elaboração, discussão e aprovação dos instrumentos de planeamento territorial a nível nacional, regional e local, determinando a coordenação e compatibilização entre eles com respeito pela autonomia do poder local e das suas competências próprias (a ratificação superior dos planos de ordenamento do território é feita, pela sua compatibilização, com os outros instrumentos de planeamento em vigor), define a participação das organizações económicas, sociais e dos particulares na elaboração e discussão dos planos, limita as competências e as responsabilidades da Administração Pública e dos particulares na gestão territorial, estabelecendo um quadro de interacção na própria gestão do território, determina a compensação de benefícios e encargos entre os operadores públicos e privados, estabelece, o que é importante, a nosso ver, a programação do uso do solo e a muitas vezes falada e propalada questão de os planos directores municipais preverem uma população muito superior à do nosso país resultava, exclusivamente, do quadro legal em que eram executados e em que apenas era permitida a admissibilidade de construção e não a sua previsibilidade. A introdução desta questão da previsibilidade poderá normalizar o crescimento urbano e, mais, é importante para a necessária transformação e renovação de muitos centros históricos, de muitas cidades antigas e de zonas degradadas.

Algumas questões ainda não ficarão completamente clarificadas, designadamente a questão de separar a transformação do uso do solo de estrutura fundiária do direito de propriedade, entendendo esta transformação como uma prerrogativa do sector público, seja a nível central, regional ou local. Apenas um passo tímido é dado nesse sentido nos condicionalismos a ter em conta na transformação do solo rural e urbano, passo que o Decreto-Lei n.º 555/99, bem diferente do Decreto-Lei n.º 380/99, poderá, pelos seus condicionalismos, limitar ou, mesmo, anular.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado e Srs. Deputados, estabelecer agora os mecanismos de adequação dos instrumentos de gestão territorial em vigor e tal implica uma intensa formação dos quadros da Admi-

nistração Pública, designadamente dos das autarquias locais, cujos recursos técnicos e financeiros deverão corresponder às necessidades do correcto ordenamento do território e às inúmeras correcções que importa efectuar.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Agostinho Gonçalves

O Sr Agostinho Gonçalves (PS) — Sr Presidente, como é a primeira vez que uso da palavra, apresento os meus cumprimentos a V. Ex.^a e à Câmara.

Sr Presidente, Sr.^{as} e Srs Deputados. Através da apreciação parlamentar n.º 6/VIII, visa o Grupo Parlamentar do CDS-PP a apreciação, pela Assembleia da República, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, em especial no que concerne às disposições constantes do citado diploma que, na opinião dos proponentes, possam ser susceptíveis de contrariarem os princípios programáticos do CDS-PP

Importa, desde já, referir que o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, vem dar cumprimento, e no prazo previsto, ao estabelecido no disposto no artigo 35.º da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, sobre as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo

O Decreto-Lei n.º 380/99, hoje em discussão, constitui um importante instrumento jurídico para o desenvolvimento da política nacional de ordenamento do território e de urbanismo, integrando soluções normativas que, do nosso ponto de vista, se afiguram justas e equilibradas, tendo em conta as finalidades visadas

Trata-se, pois, de um instrumento que contribuirá, estamos convictos, para operacionalizar, concretizar e implementar os princípios e objectivos consagrados na Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, aprovada nesta Assembleia da República

Entre os aspectos mais relevantes do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, permito-me destacar os seguintes

Consagra os instrumentos operacionais necessários à programação da execução dos planos, bem como os mecanismos de compensação de benefícios e encargos, entre proprietários, afectados pela execução dos planos municipais e dá cumprimento à exigência de regulamentação complementar, no domínio da política dos solos e nos instrumentos de transformação da estrutura fundiária;

Define as responsabilidades da administração central e local e dos particulares no que concerne à implantação de um modelo de ordenamento do território que assegure o desenvolvimento económico e social e a igualdade de oportunidade entre os cidadãos no acesso aos equipamentos e serviços públicos, num quadro de sustentabilidade dos ecossistemas e de solidariedade intergeracional.

Promove a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, quer na vertente de intervenção, ao longo de todo o procedimento, quer na vertente da divulgação, alargando-se o dever de publicitação das decisões que desencadeiam os processos de elaboração, alteração ou revisão e da conclusão das diversas fases, assim como o teor dos elementos a submeter a discussão pública, das conclusões desta, bem como dos procedimentos de avaliação.

Estabelece as regras de tutela dos interesses públicos com expressão territorial, consagrando como princípios

gerais a fundamentação dos critérios utilizados na sua necessária identificação e hierarquização nos instrumentos de gestão territorial que os prosseguem, a explicitação dos efeitos das medidas de protecção neles estabelecidas, graduando a prioridade a conferir àqueles cuja prossecução determine o mais adequado uso do solo em termos ambientais, económicos, sociais e culturais e determinando a dependência da alteração da classificação do solo rural da necessária comprovação da respectiva indispensabilidade económica, social e demográfica

No âmbito do diploma, as necessárias medidas cautelares são circunscritas às medidas preventivas, que se destinam a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento, ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do plano, podendo ser estabelecidas em área para a qual tenha sido decidida, não apenas a elaboração ou suspensão destas medidas, mas também a alteração ou revisão de plano municipal de ordenamento do território, bem como a suspensão dos procedimentos de informação prévia, de licenciamento e autorização

Na adopção de medidas preventivas, terá de esclarecer-se a necessidade de demonstração da verificação do princípio da necessidade, determinando-se que o mesmo deve demonstrar a respectiva necessidade e também esclarecer as vantagens e inconvenientes de ordem económica, técnica e social decorrentes da sua adopção. A aplicação de medidas preventivas conduz ao direito de indemnização em situações expressamente definidas

Desenvolvendo o princípio de execução, coordenada e programada do planeamento territorial estabelecido na Lei n.º 48/98, o diploma pretende estabelecer um sistema que prossiga, ao nível da execução, os objectivos de programação e coordenação da Administração, assegurando a colaboração entre entidades públicas e particulares e a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos

O princípio da perequação compensatória dos benefícios e encargos decorrentes dos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, que consagra, traduz-se no estabelecimento do dever de previsão nos mesmos mecanismos que a assegurem, a aplicar no âmbito de plano de pormenor ou de unidade de execução

Desta forma, pretende garantir-se a concretização de uma efectiva perequação de benefícios e encargos decorrentes do plano, sem, contudo, coarctar a liberdade de criação, pelos municípios, de outros mecanismos susceptíveis de prosseguir tal objectivo

Sr Presidente, Sr.^{as} e Srs Deputados. O Decreto-Lei em causa, reafirmamos, constitui um instrumento indispensável ao ordenamento do território nacional, nomeadamente garantindo a sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados. É um instrumento rigoroso e de aplicabilidade trabalhosa. Obriga as entidades envolvidas a elaborarem pareceres técnicos profundos. Assegura a utilização ponderada e parcimoniosa dos recursos naturais e culturais. Coordena a articulação e compatibilização do ordenamento com as políticas de desenvolvimento económico e social, bem como as políticas sectoriais, com incidência na organização do território, no respeito por uma adequada ponderação dos interesses públicos e privados em causa. Tem o nível decisório mais próximo dos cidadãos e incentiva a sua participação através do acesso à

informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial. Procura a justa repartição dos encargos e benefícios decorrentes da aplicação dos instrumentos de gestão territorial. Contratualiza, incentivando modelos de actuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada na concretização dos instrumentos de gestão territorial. Por último, garante a estabilidade dos regimes legais e o respeito pelas situações jurídicas validamente constituídas.

Em suma, trata-se de um diploma cujas soluções normativas que espelha estão em perfeita conformidade com os objectivos traçados na lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e que responde cabalmente às necessidades sentidas neste domínio, compatibilizando os interesses em causa.

Da nossa parte, até podemos compreender que algumas das soluções normativas contidas no Decreto-Lei n.º 380/99 não sejam do agrado do CDS-PP e não coincidam com os seus princípios programáticos. Da parte do CDS-PP também devem compreender que não é essa a função do Governo mas, sim, legislar no respeito e cumprimento do disposto na lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, aprovada nesta Assembleia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

O Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza (Manuel Silva Pereira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Gostaria de começar por saudar esta Câmara, visto que também é a primeira vez que tenho a ocasião de me dirigir ao Plenário da Assembleia da República desde que iniciei funções como Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, e desejo que esta saudação possa exprimir o meu empenho em estabelecer uma colaboração com esta Assembleia no respeito pela sua função constitucional, tão importante no quadro do nosso sistema democrático.

Estamos, hoje, aqui para discutir uma apreciação parlamentar da iniciativa de um conjunto de Deputados do CDS-PP e também me pareceu que o requerimento que foi apresentado enfermava de um equívoco. A justificação da apreciação parlamentar que motiva este debate é, afinal de contas, a de apreciar a *ratio legis*, é assim que consta do requerimento, designadamente daquelas que sejam susceptíveis de colidir com os princípios programáticos fundamentais do CDS-PP.

Ora, não sei se surpreendo alguém, mas a verdade é que, embora este diploma tenha sido produzido no quadro do XIII Governo Constitucional, estou, de facto, em condições de informar a Câmara que este diploma não foi feito para se acomodar aos princípios programáticos fundamentais do CDS-PP.

O Sr. Francisco de Assis (PS) — Também era o que faltava!

O Orador — Devo dizer, ainda, que, se acaso os contraria, isso também não decorre de nenhuma deliberada

intenção de ofender os princípios programáticos fundamentais do CDS-PP.

A verdade é, porém, outra: é que o Governo rege-se pelo seu próprio Programa e, no exercício da competência legislativa de desenvolvimento, como é o caso, porque se está aqui a desenvolver uma lei de bases do ordenamento do território, aquilo a que o Governo está verdadeiramente obrigado é a respeitar os princípios que constam da lei de bases que lhe cumpre desenvolver. Foi isso que fez, em nenhum momento, neste debate parlamentar, encontrámos a indicação da mais pequena disposição do Decreto-Lei n.º 380/99 que ofendesse a lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Aquilo que foi sugerido pelo proponentes desta apreciação parlamentar foi uma eliminação de uma única disposição do diploma, o artigo 117.º, e houve, depois, uma referência genérica a uma eventual subjectividade e dificuldade de aplicação prática, de resto não fundamentada, de algumas disposições do Decreto-Lei.

Ora, de que trata, afinal, esse artigo? Estabelece um sistema de suspensão de concessão de licenças naquela fase de elaboração de planos que esteja suficientemente adiantada. Isto é, quando se está a preparar um plano, depois de promovida a discussão pública, acontece que os municípios ficam inibidos de emitir novos licenciamentos.

Pedi o Sr. Deputado que olhássemos mais atentamente para o artigo 117.º e analisássemos a conveniência de o rever e eu convindo-o, igualmente, a reler um pouco mais atentamente este artigo, porque, se o fizer, verificará que essa disposição não introduz qualquer bloqueio no desenvolvimento dos concelhos, nem, sequer, na capacidade dos municípios, à escala deste, para promover novos licenciamentos. O que diz o artigo 117.º é outra coisa bem diferente. Diz que nas áreas a abranger por novas regras urbanísticas constantes de plano municipal ou especial de ordenamento do território, então, acontecerá essa suspensão de concessão de licenças, ou seja, não é todo o concelho que fica sujeito a esta inibição de licenciamento.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Nunca se sabe!

O Orador — Quando existe um projecto numa fase suficientemente adiantada de elaboração para sabermos, exactamente, sobre que áreas vão incidir novas regras urbanísticas, então, aí sim, para essas áreas, e não para todo o concelho, justifica-se que exista uma suspensão de licenciamento. E eu digo-lhe por que razão se justifica. Justifica-se por causa de uma célebre discussão que existe a propósito da questão dos direitos adquiridos.

É muito relevante no quadro de um Estado de direito termos mecanismos de compensação dos direitos adquiridos. Mas não é menos importante que existam mecanismos que impeçam a constituição de direitos adquiridos contra os valores fundamentais do ordenamento do território e da defesa do ambiente. E é exactamente disto que se trata. Quer dizer, quando existe um plano que está em preparação para uma determinada área, novas regras urbanísticas já preconizadas, se houvesse o risco de, nesse entretanto, novos licenciamentos serem emitidos para aquela área, evidentemente que as novas regras urbanísticas quando fossem produzidas já não teriam qualquer efeito e surgiriam os direitos adquiridos contra as novas regras urbanísticas e a discussão sobre o direito de indemnizar.

Devo dizer, aliás, que sistemas semelhantes existem já no nosso ordenamento jurídico a propósito dos planos de

ordenamento da orla costeira e se eles têm alguma eficácia é em muito por causa disto, pois durante o processo de elaboração destes planos não é justamente possível a emissão de novos licenciamentos que prejudiquem as disposições que estão preconizadas para aquelas áreas.

Sr Deputado, respondendo ao convite que me fez para reler o artigo 117.º, não só entendo que há uma interpretação abusiva do texto desse artigo como não há um juízo adequado daqueles que são os verdadeiros objectivos e o verdadeiro alcance dessa disposição

Também em relação a outras observações que foram feitas nesta Câmara quanto ao Decreto-Lei n.º 380/99, devo dizer que este debate parece um pouco deslocado. De facto, houve algumas observações que foram feitas, concretamente pela Sr.ª Deputada Maria do Céu Ramos, em relação a este diploma que não se enquadram numa apreciação parlamentar do referido Decreto-Lei, não apenas porque são laterais a esta discussão, como a questão suscitada a propósito da Reserva Ecológica Nacional pela bancada do CDS-PP relativas ao processo de regionalização, mas também porque algumas das observações que fez ao Decreto-Lei n.º 380/99, verdadeiramente, não deveriam ter sido feitas a esse diploma mas, sim, à lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo. Aquelas disposições que, pelos vistos, lhe desagradam sobre as garantias dos particulares que encontramos no Decreto-Lei já as encontrávamos na lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, no artigo 13.º, aprovada por esta Assembleia. O Governo não tinha outra possibilidade jurídica, sob pena de inconstitucionalidade, pelo menos indirecta, de respeitar aqueles comandos. Devo dizer, aliás, que o fez de boa vontade, visto que a própria lei de bases foi apresentada nesta Câmara por iniciativa do Governo.

O que o Decreto-Lei n.º 380/99 faz, em matéria de direito, é exactamente ir mais longe e, se alguma discussão existe por aí, é se, eventualmente, terá ido longe demais nos direitos de participação dos cidadãos do que aquilo que alguns sustentavam, direitos esses que vão muito para além da discussão pública, que, aliás, surge aqui com um regime alargado, até nos prazos de discussão pública, que resultam alargados, o que dá uma maior eficácia a esse mecanismo, mas também no que diz respeito a outros mecanismos de participação em fases prévias do processo de elaboração dos planos anteriores, portanto, à própria fase de discussão pública.

Também existem regras sobre a necessidade de fundamentação das decisões urbanísticas ou de ordenamento do território que sejam contrárias às observações dirigidas no quadro da discussão pública. O que vejo no Decreto-Lei n.º 380/99 é, justamente, um reforço dos direitos de participação dos particulares.

Resumindo, não vejo, de facto, que esta apreciação parlamentar tenha revelado argumentos que justificassem, longe disso, a conveniência de alterar o referido Decreto-Lei: pelo contrário, vejo a confirmação de que este diploma conseguiu prosseguir nos objectivos que visava atingir e o primeiro de entre eles era regulamentar, preferencialmente, bem, como parece patente que fez, a lei que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Daniel Campelo.

O Sr. José Daniel Campelo (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, penso que V. Ex.ª é, como eu, muito jovem nesta matéria e, com certeza, ainda não passou pela experiência de gerir na prática o ordenamento do território e de gerir um plano director municipal.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Ainda bem para o território!

O Orador — Apesar de ser um humilde cidadão com uma formação do mesmo nível da de muitas outras pessoas, estimo o que aprendi, e aprendi a ler e aprendi algo muito mais importante, que é a experiência da gestão de um PDM no dia-a-dia.

Sr. Secretário de Estado, o que está escrito neste texto é a seguinte situação, quando se abre uma revisão de um PDM, abre-se a possibilidade de rever todas as regras urbanísticas. Basta a alteração de um simples artigo do regulamento do plano director municipal para alterar todas as regras urbanísticas numa vila ou numa cidade inteira. Portanto, não posso aceitar de ânimo leve a sua apreciação de que cinco meses parados num município nada é.

Penso que V.ª Ex.ª estará a subestimar demasiado o facto de haver a possibilidade de um concelho qualquer — Braga, Viana do Castelo, seja ele qual for — parar completamente durante cinco meses, atentando contra os direitos dos cidadãos e contra o desenvolvimento do próprio concelho. Penso que isso já é por demais suficiente para garantir uma reponderação de V.ª Ex.ª e do Governo quanto à manutenção desse artigo.

Mas deixe que lhe diga também o seguinte para a bancada do meu partido, o direito à justiça é um princípio fundamental e programático. Concordamos com os sistemas de perequação e gostaria de salientar que, no global, consideramos que este diploma é positivo e vem ao encontro das preocupações que há muito temos manifestado e que, no fim de contas, há um consenso quanto à utilidade deste diploma. Não podemos é aceitar que este diploma introduza mecanismos que vão aumentar a confusão na gestão dos planos directores municipais, que aumentam as injustiças praticadas contra os cidadãos e, eventualmente, contra os próprios municípios. Esse é que é, para nós, um princípio fundamental e programático.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

Desta forma, insisto com V.ª Ex.ª em que esta matéria é da máxima importância e, já agora, gostaria que respondesse concretamente à questão que formulei e que não foi respondida, relativa à Reserva Ecológica Nacional.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr. Secretário de Estado, pretende usar da palavra para responder?

O Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Nesse caso, faça favor.

O Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza. — Sr. Presidente, Sr.

decreto legislativo regional os reenquadre no sistema de segurança social, mantendo-se, até lá, as taxas contributivas previstas no já citado Decreto Regional n.º 26/79/M, não se revogando, portanto, este decreto regional nesta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr.ª e Srs. Deputados: A actual situação que decorre da aplicação do Decreto-Lei n.º 464/99 à Região Autónoma da Madeira, quanto aos trabalhadores indiferenciados eventuais, omite direitos da Região Autónoma da Madeira no que diz respeito aos seus poderes em matéria da sua especificidade própria, que já fora consagrada no Decreto Regional n.º 26/79/M.

Por isso, requer-se e propõe-se a esta Assembleia que seja deliberada a suspensão da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 464/99.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente (João Amaral). — Srs. Deputados, antes de prosseguirmos os trabalhos, informo a Câmara que se encontra a assistir à sessão um grupo de 30 alunos da Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, de Ílhavo, para quem peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais, de pé

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira.

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Segurança Social, Sr.ª e Srs. Deputados. Através da apreciação parlamentar n.º 7/VIII, pretende o Grupo Parlamentar do PSD que a Assembleia da República delibere no sentido de suspender a vigência do Decreto-Lei n.º 464/99, de 5 de Novembro, que revê as taxas contributivas do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem das actividades agrícolas e equiparadas desenvolvidas na Região Autónoma da Madeira, afirmando que: «() estes trabalhadores estão enquadrados no sistema de segurança social de acordo com o Decreto Regional n.º 26/79/M, de 7 de Novembro, que prevê as taxas contributivas aplicáveis», sendo por isso, e cito «() aconselhável a suspensão da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 464/99 até que, por diploma da Assembleia Legislativa Regional, seja regulado o enquadramento destes trabalhadores no regime geral de segurança social, revogando o Decreto Regional n.º 26/79/M na parte aplicável àqueles trabalhadores».

Não é, porém, este o entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. A apreciação parlamentar em debate encontra-se prejudicada à partida, já que parte de premissas erradas, talvez por desconhecimento quanto ao processo legislativo, no seu todo, que culminou com a aprovação e publicação do Decreto-Lei n.º 464/99, de 5 de Novembro.

A Assembleia Legislativa Regional da Madeira não tem competência para proceder à revisão das taxas contributivas dos trabalhadores por conta de outrem das actividades agrícolas e equiparadas desenvolvidas na Região, o que, de resto, terá constituído a principal razão para o Governo, em perfeita consonância e sintonia com as instituições regionais, tomar a iniciativa de legislar sobre esta matéria.

O Decreto Regional n.º 26/79/M, de 7 de Novembro, incluiu no regime geral de previdência e de abono de fa-

mília apenas os trabalhadores eventuais por conta de outrem nas actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias, para além destes, os produtores, os arrendatários e outros trabalhadores por conta própria vinculados de forma habitual, pessoal e directa à exploração da terra, os trabalhadores por conta própria das actividades artesanais subsidiárias do sector primário, bem como os demais trabalhadores por conta própria das actividades exercidas na Região Autónoma da Madeira.

Por seu turno, e posteriormente a este Decreto Regional, a Lei de Bases da Segurança Social, Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto, veio determinar, no seu artigo 69.º, a integração no regime geral da segurança social dos trabalhadores agrícolas, meta a atingir de forma gradual e faseada.

Nestes termos, foram publicados o Decreto-Lei n.º 81/85, de 28 de Março, e, posteriormente, o Decreto-Lei n.º 401/86, de 2 de Dezembro, regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 75/86, de 30 de Dezembro e pelo Decreto Regulamentar n.º 9/88, de 3 de Março, passando assim a estar abrangidos pelo regime geral todos os trabalhadores que exercem actividades agrícolas. Dado que os citados decretos-leis não se aplicaram à Região Autónoma da Madeira, continuou em vigor o Decreto Regional n.º 26/79/M, de 7 de Novembro, mas, como não inclui no seu âmbito de aplicação pessoal os trabalhadores por conta de outrem permanentes das explorações agrícolas, de silvicultura e pecuária, bem como os trabalhadores permanentes e eventuais de explorações de avicultura e apicultura, que, no continente, beneficiam da inclusão no âmbito do regime geral da segurança social, havia que colmatar tal lacuna.

Neste contexto, não sei se desconhecerei, porventura, os Srs. Deputados do PSD que a Assembleia Legislativa Regional da Madeira aprovou, na sua sessão plenária de 12 de Novembro de 1998, um decreto legislativo regional sobre o regime de segurança social das actividades agrícolas e equiparadas desenvolvidas na Região Autónoma, que visava precisamente alargar o âmbito de aplicação pessoal do Decreto Regional n.º 26/79/M, de 7 de Novembro, àqueles trabalhadores e procedia à fixação das taxas contributivas.

Talvez desconheçam ainda, porventura, os Srs. Deputados do PSD que o Sr. Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 53.º da Lei de Bases da Segurança Social, que estabelece que «As taxas das contribuições para o regime geral são fixadas no orçamento da segurança social», devolveu o citado decreto legislativo à Assembleia Legislativa Regional da Madeira por não lhe reconhecer competência para legislar em matéria de taxas contributivas.

Por último, também será do desconhecimento dos Srs. Deputados do PSD que a impossibilidade prática de aprovar um diploma de integração dos trabalhadores agrícolas da Região Autónoma da Madeira sem a previsão simultânea das correspondentes taxas contributivas levou a que fosse pedida a intervenção do Governo no sentido de legislar sobre esta matéria, o que este fez ao abrigo da autorização legislativa consagrada na alínea d) do n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 1999, que lhe permitia fixar taxas mais favoráveis para os trabalhadores por conta de outrem dos sectores de actividade mais débeis, nos quais se integram as actividades agrícolas e equiparadas.

Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, Sr^{as} e Srs Deputados: Ao aprovar o Decreto-Lei n.º 464/99, de 5 de Novembro, que estabelece um regime de adequação progressiva das taxas contributivas aplicadas aos trabalhadores por conta de outrem das actividades agrícolas e equiparadas da Região Autónoma da Madeira, o Governo agiu em perfeita consonância com os órgãos do poder regional — e lembro que este decreto-lei mereceu a aprovação da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares, em 6 de Julho de 1999, e a aprovação unânime da 6.ª Comissão, a Comissão de Saúde e Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, em 7 de Setembro de 1999.

Como eu dizia, o Governo agiu em perfeita consonância com os preceitos legais e constitucionais aplicáveis e viu, com tal medida, o estrito cumprimento dos princípios e objectivos estabelecidos na Lei de Bases da Segurança Social.

Mais, ao aprovar o Decreto-Lei n.º 464/99, de 5 de Novembro, o Governo contribuiu para a resolução célere e concertada de uma situação que não cabe na competência legislativa da Assembleia Legislativa Regional da Madeira e para a qual foi, por isso, expressamente solicitada a sua intervenção, o que, de resto, habilitaria aquela Assembleia Legislativa Regional a legislar nas matérias de segurança social da sua competência. Ou seja, este decreto-lei não era impeditivo de que a Assembleia Legislativa Regional da Madeira legislasse nas demais matérias para as quais tem competência.

Em suma, a apreciação parlamentar em discussão, que pretende a suspensão da vigência do Decreto-Lei n.º 464/99, de 5 de Novembro, carece, na nossa opinião, de sentido e fundamento, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PS não dará o seu acordo à pretensão do PSD.

Voices do PS — Muito bem!

Voices do PSD — Fazem mal!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Barbosa de Oliveira, eu não tinha dúvidas quanto à visão que o Partido Socialista tem destas questões, nomeadamente dos poderes legislativos da Região Autónoma da Madeira. Não tinha dúvidas! E a sua intervenção veio confirmar aquilo que eu já pensava, que o Partido Socialista tem, dos direitos legislativos próprios da Região Autónoma da Madeira, uma visão minimalista, uma interpretação muito restritiva e que contraria aquilo que aconteceu até agora nos poderes legislativos que a Região tem exercido desde o 25 de Abril de 1974.

Fica agora clarificado que o Partido Socialista entende que na Região Autónoma da Madeira não existe matéria de interesse específico nos termos constitucionais em relação a este domínio, o que durou até recentemente. Isto fica, portanto, perfeitamente claro, e não vamos passar a ter quaisquer dúvidas acerca daquilo que o Partido Socialista pensa sobre esta matéria e da interpretação que faz do preceito constitucional em causa.

Assim, a intervenção do Sr. Deputado Barbosa de Oliveira vem confirmar algo que, permuta-me que lho diga, é clarificador — mas é grave! — em relação aos direitos legislativos, nesta matéria específica, da Região Autónoma

da Madeira. E não há dúvida de que, durante muitos anos, a Região Autónoma da Madeira legislou sobre esta matéria.

Quero especificar que aquilo que o Grupo Parlamentar do PSD pretende é só em relação aos trabalhadores eventuais e indiferenciados, ou seja os sem categoria própria e com contrato a prazo ou termo, e não aos trabalhadores permanentes. E esses trabalhadores, que não constam deste decreto-lei, cuja apreciação parlamentar foi requerida, no entender do Grupo Parlamentar do PSD, não estão enquadrados, neste momento, no regime geral da segurança social, daí este pedido, o de serem reenquadrados, através de decreto legislativo regional, no âmbito desses poderes legislativos que existiram até agora — e não se percebe, enfim, quando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista diz aqui que percebe muito bem. Mas compreendemos que esta é a tal visão minimalista ou restritiva dessa norma constitucional.

Em suma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não está de acordo em que seja a Região Autónoma da Madeira a redefinir esses trabalhadores eventuais da Região Autónoma da Madeira — e, como eu disse, estes são da ordem de algumas centenas —, que, no nosso entender, não se encontram enquadrados actualmente no regime da segurança social e que, por esse facto, perdem alguns direitos. Daí que tenha sido requerida a suspensão.

Assim, a pergunta concreta que faço ao Sr. Deputado é no sentido de saber se, em seu entender, esses trabalhadores eventuais, que se encontravam abrangidos pelo decreto legislativo regional, se encontram enquadrados no regime geral de segurança social, através de que normas, e se não é necessária a aprovação de uma norma legislativa regional que os reenquadre ou enquadre no regime da segurança social.

Voices do PSD — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira.

O Sr. António Capucho (PSD) — Não sabe responder a essa!

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS) — Olhe que sim, Sr. Deputado António Capucho! Sei responder a esta e a outras mais!

Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Velosa, não vou classificar aquilo que disse, pois é a sua opinião e respeito-a. Contudo, nada tem a ver com aquilo que eu disse em nome do Partido Socialista.

Aquilo que eu acabei por dizer é que a vigência deste decreto-lei — e o que o PSD pretende é a sua suspensão, coisa que não se entende! — em nada prejudica o exercício das competências da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, do que não fez até agora e podia ter feito.

Este decreto-lei, pelo contrário, habilitou a Assembleia Legislativa Regional da Madeira a legislar sobre a matéria da segurança social, uma vez que ela não tem competência para legislar em matéria de taxas contributivas. E isto não é o Partido Socialista que entende, são as leis da República — leis essas que o PS respeita, que o PSD deve respeitar e que todos nós devemos respeitar. Nós respeitamos!

Sr. Deputado, é esta a minha resposta!

Voices do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral). — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, Srs. Deputados: Antes de entrarmos na questão de fundo que a vossa apreciação parlamentar levanta, há uma questão prévia que gostava de colocar.

Nós, PCP, temos extremas reservas quanto a um procedimento que se tem vindo a desenvolver há alguns anos a esta parte, que é o da multiplicação de taxas de contribuição no âmbito do sistema público de segurança social.

Hoje já existem mais de 40 taxas diferentes e essa diferenciação traduz-se, em muitos casos e em que pode não haver justificação para isso, numa diminuição de receitas do próprio sistema público de segurança social. Aliás, entendemos — entendo eu — que deveríamos aproveitar o próximo debate dos projectos de lei e da proposta de lei relativo à segurança social para fazermos uma reflexão sobre esta tendência para a multiplicação das taxas da segurança social, que, como eu disse, já vai em mais de 40, muitas das quais sem razão e que só prejudicam o sistema público e o seu financiamento.

Dito isto, quero dizer que reconhecemos, de qualquer modo, que existem sectores específicos que, porventura, justificam um tratamento específico, em que termos e em que moldes é uma questão que deveríamos analisar no âmbito da lei de bases. Mas existem! E ainda está nesta Assembleia, por exemplo, uma petição assinada por milhares de agricultores que colocam um problema, que me parece real, que é o de estarem a pagar e a contribuir para a segurança social, no âmbito do regime dos trabalhadores independentes, com um valor fixo e que, muitas vezes, se traduz numa taxa muito superior à taxa geral do regime, porque ela tem como base não o seu rendimento, que, muitas vezes, é baixo, mas um valor que foi fixado e que pouco tem a ver com a realidade específica do sector. É uma questão que queremos abordar brevemente, mas é, enfim, um exemplo de como há sectores que justificam uma apreciação específica das contribuições dos sectores para a segurança social. Como também reconhecemos que no caso dos trabalhadores agrícolas e dos trabalhadores agrícolas indiferenciados, em particular, há uma realidade própria que também tem de ter um tratamento próprio.

Agora, o que não compreendemos são os fundamentos e as razões do pedido de apreciação parlamentar do PSD. A questão nuclear que os Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Região Autónoma da Madeira colocam é a suspensão do Decreto-Lei n.º 464/99 enquanto a Região Autónoma da Madeira não regulamentar um decreto regional de 1979.

Srs. Deputados, parece-me um pouco absurdo que, sendo o decreto regional de 1979, que é aquele a que estamos a referir-nos, 20 anos depois se venha suscitar essa questão, a regulamentação do diploma no âmbito da Região Autónoma da Madeira, e, com base nesse argumento, que me parece extremamente frágil, pedir-se a suspensão do decreto-lei, que é um diploma que abrange todo o território nacional. Penso que já houve mais que tempo para essa regulamentação, acaso existisse, ter sido feita pelos órgãos próprios da Região Autónoma da Madeira.

Portanto, não nos parece, enfim, adequado estar a pedir-se a suspensão de um decreto-lei do Governo da República à espera de uma regulamentação que há 20 anos o governo da Região Autónoma da Madeira está para fazer

Em segundo lugar, e esta questão já aqui foi levantada pelo Sr. Deputado Barbosa de Oliveira — e nisto a Lei de Bases da Segurança Social é clara —, a definição das taxas compete ao orçamento da segurança social; portanto, é uma competência do Governo da República. Aliás, foi esta a razão que o Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira considerou para devolver o diploma, de finais de 1998, da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, que fixava taxas próprias para a Região.

Em terceiro lugar, apesar de tudo, a verdade é que o diploma que está a ser chamado à apreciação estabelece um calendário preciso, específico e determinado para os trabalhadores da Região Autónoma da Madeira atingirem os valores gerais, enfim, da República, embora faseadamente, até ao ano 2013, de molde a que isto não resulte, de imediato, numa penalização para os trabalhadores. Parece-nos ser um tratamento adequado, porventura mais adequado do que o da Região Autónoma da Madeira, na medida em que, não podendo legislar sobre taxas próprias, acaba por penalizar mais os trabalhadores do que o diploma proveniente do Governo da República. De tal modo é assim que o Sr. Deputado Hugo Velosa, eleito pelo círculo eleitoral da Região Autónoma da Madeira, não põe em causa as taxas definidas no diploma da República nem a sua progressão. A única coisa que pede é que esperemos pela regulamentação a fazer pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira, o que pode fazer a qualquer momento, no âmbito das suas competências, e quando o fizer integra-se neste diploma que está em vigor.

Daí, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não vemos razão para acompanhar o PSD nesta apreciação parlamentar. Aquilo que é do âmbito da competência da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, ela, a todo o tempo, pode fazer e pensamos que o diploma, na medida em que define o quadro claro e preciso e também uma calendarização rigorosa quanto à aplicação do diploma à Região Autónoma da Madeira, parece-nos adequado, pelo que votaremos contra a suspensão do Decreto-Lei n.º 464/99.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral). — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

O Sr. Secretário de Estado da Segurança Social (José Vieira da Silva). — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por cumprimentar a Câmara e por dizer que, neste curto espaço de tempo em que exerço as funções de Secretário de Estado da Segurança Social, este meu regresso à Assembleia da República, que faço com o maior prazer, é de novo justificado por um pedido de apreciação parlamentar, oriundo da bancada do PSD. E, como disse, faço-o com o maior prazer e com prazer redobrado, porque, dadas as questões que têm sido colocadas, que não me parecerem ser de enorme dificuldade, sempre me vai permitindo habitar-me a estes momentos. Muito obrigado, por isso!

Penso que está já suficientemente claro nesta Câmara que o comportamento que o Governo da República teve, no que toca à elaboração deste diploma, ao contrário do que já foi afirmado ou insinuado, foi um comportamento que se regeu por uma lógica de colaboração estreita e activa com as autoridades da Região Autónoma da Madeira.

De facto, o que foi legislado pelo Governo, no uso de um direito atribuído pela Assembleia da República, através de uma autorização legislativa, foi nem mais nem menos do que a resposta a uma solicitação concreta da Região Autónoma da Madeira, depois de se ter verificado que o decreto regional que pretendia alterar a situação contributiva de alguns trabalhadores, no que toca à segurança social, não tinha enquadramento constitucional.

O Sr. Ministro da República da Região Autónoma da Madeira, no cumprimento, aliás, da interpretação que o Tribunal Constitucional tem vindo a ter sobre estas questões, devolveu esse mesmo diploma. O que o Governo da República fez, porque o considerava correcto, foi retomar, no âmbito preciso das suas competências, do que podia fazer e de acordo com o mandato que lhe tinha sido conferido por esta Assembleia, a lógica legislativa que presidia ao decreto regional, que era no sentido de aproximar do regime geral as taxas contributivas para a segurança social de um conjunto de trabalhadores, e fê-lo de uma forma cautelosa e progressiva. Fizemo-lo nos termos, suponho que praticamente exactos, que tinham sido propostos pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Não pudemos cobrir integralmente o âmbito que estava previsto no decreto regional porque para tal não tínhamos autorização desta Assembleia. É por isso que, na proposta de lei de Orçamento do Estado para 2000, virá incluído um pedido de autorização legislativa que permita cobrir o âmbito integral de alteração das taxas contributivas que a iniciativa da Assembleia Legislativa Regional da Madeira tinha consagrado inicialmente.

Estamos, pois, a trabalhar numa lógica de cooperação estreita. Não nos parece que exista qualquer discriminação nos termos do diploma que foi aprovado e ele permite que, na Região Autónoma da Madeira, seja aplicado, de uma forma progressiva mas eficiente, um enquadramento legislativo, que é o da República, que se destina a tratar todos os portugueses de uma forma idêntica, no que toca à protecção social, aumentando, sempre que possível, os níveis dessa protecção.

O comportamento seguido pelo Governo parece-nos, pois, ter sido de grande cooperação, de grande seriedade e não belisca minimamente os direitos da Região Autónoma da Madeira.

Para terminar, gostaria de fazer uma referência breve ao problema, já suscitado, das taxas contributivas do sistema de segurança social.

Reconhecemos, de facto, que muito há a fazer para transformar o sistema contributivo da segurança social num sistema mais transparente, mais homogêneo e mais eficaz. Não quer isto dizer que tal signifique a impossibilidade de diferenciação de taxas, muito menos quando, como é o presente caso, essa diferenciação se destina a aproximar as situações nas várias regiões do nosso país.

Temos, portanto, a convicção de que este é um diploma eficaz, que serve os interesses da protecção social dos cidadãos da Região Autónoma da Madeira.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, não há mais inscrições, pelo que está encerrada a apreciação do Decreto-Lei n.º 464/99.

Informo a Câmara que, entretanto, deu entrada na Mesa uma proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 464/99, apresentada pelo PSD, pelo que o diploma baixará à Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para apreciação e votação na especialidade.

Srs Deputados, antes de prosseguirmos para o próximo ponto da nossa ordem de trabalhos, o Sr Secretário vai proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Ética sobre substituição de Deputados.

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, o relatório e parecer refere-se à substituição, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea c), do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 7/93, de 1 de Março), por um período não inferior a 45 dias, dos Srs Deputados João Carlos da Silva, do PS (círculo eleitoral de Aveiro), por Teresa Neto Venda, com início em 28 de Janeiro corrente, inclusive, e Fátima Amaral, do PCP (círculo eleitoral de Lisboa), por Ana Margarida Lopes Botelho, com início em 1 de Fevereiro próximo, inclusive.

O parecer vai no sentido de que as substituições em causa são de admitir, uma vez que encontram verificados os requisitos legais.

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, está em discussão.

Pausa

Como não há inscrições, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs Deputados, vamos, agora, dar início à apreciação do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à permissão de condução de viaturas oficiais dos organismos e serviços do Estado e das autarquias locais por funcionários e agentes que não possuam a categoria de motorista [apreciação parlamentar n.º 8/VIII (PSD)].

Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Costa.

O Sr Joaquim Costa (PSD) — Sr Presidente, porque esta é a primeira intervenção que faço neste Parlamento cumprimento V Ex.ª e, através de V Ex.ª, todos os distintos colegas.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr.ª e Srs Deputados. O Decreto-Lei n.º 490/99, que o Governo publicou em 17 de Novembro, anuncia a intenção de regulamentar a utilização de viaturas oficiais por parte de agentes para isso não qualificados, visando, também, conseguir uma melhor utilização de bens que são pagos pelo erário público.

Pensa o Grupo Parlamentar do PSD que esse anúncio do propósito não está representado, e muito menos garantido, no decreto-lei em apreciação.

De facto, os poderes discricionários que resultam das prerrogativas previstas neste Decreto-Lei, designadamente nos artigos 2.º e 6.º, ao invés de moralizarem, permitem vulgarizar o direito de utilização de viaturas do Estado, permitindo também a sua utilização de forma selectiva e, até, arbitrária.

Lê-se no n.º 3 do artigo 2.º que determinadas e certas entidades podem atribuir a funcionários para isso não qualificados permissão genérica para uso de viaturas de serviço, não ficando sequer excluído se esta permissão poderá ter ou não forma permanente. A pretexto da funcionalidade e da racionalização cria-se assim uma base legal que garantirá também compensações e direitos que são sempre complementares ao de natureza material.

Pensa o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata que esta é uma forma subtil de proteger e de promover interesses particulares confessáveis ou até menos confessáveis, como permite concluir o disposto no artigo 6.º do diploma a que me venho referindo

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ª e Srs. Deputados: Acompanhamos o Governo na preocupação de regulamentar a utilização de viaturas oficiais e de promover a racionalização dos custos para o erário público. Aliás, a forma como vêm sendo utilizadas as viaturas do Estado, os escândalos que tem permitido e que a opinião pública tem vindo a comentar, permite-nos dizer que é desejável esta regulamentação. E com esta apreciação parlamentar pretendemos esclarecer dúvidas que são legítimas mas, sobretudo, cortar cerce qualquer hipótese de abusos.

Pretendemos também facultar ao Governo a possibilidade de corrigir um erro que conduzirá inevitavelmente a indesejáveis consequências e à repetição dos abusos que são conhecidos. As alterações que propomos prevêm a eliminação do risco de poderes discricionários e reforçam os meios de efectiva protecção e fiscalização para o uso de viaturas oficiais.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ª e Srs. Deputados: É esta a preocupação do Partido Social Democrata. Veremos, pelo comportamento do Governo e do Partido Socialista, se vão ou não justificar-se as dúvidas que aqui colocamos e veremos também quais são, ou quais eram, os verdadeiros objectivos deste Decreto-Lei.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (João Amaral). — Sr. Deputado Joaquim Costa, antes de tudo, agradeço o cumprimento que dirigiu à Mesa e à Assembleia e, em nome da Mesa e da Assembleia, retribuo esse cumprimento e desejo-lhe sorte nos seus trabalhos parlamentares e na sua vida pessoal.

O Sr. Joaquim Costa (PSD). — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (João Amaral). — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Egípto.

O Sr. José Egípto (PS). — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ª e Srs. Deputados: Através da apreciação parlamentar n.º 8/VIII, visa o Grupo Parlamentar do PSD que a Assembleia da República proceda à apreciação do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à permissão da condução de viaturas oficiais dos organismos e serviços do Estado e das autarquias locais por funcionários e agentes que não possuam a categoria de motoristas.

Em concreto, pretende o Grupo Parlamentar do PSD que a Assembleia da República introduza alterações ao Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, no sentido da adequação e precisão de algumas das suas disposições legais, já que o próprio PSD evidencia o mérito desta medida ao reconhecer a necessidade de agilizar e normalizar a utilização das viaturas do Estado sem que isso dificulte a acção dos seus agentes.

De facto, o regime jurídico consagrado pelo decreto-lei objecto da apreciação parlamentar em curso teve como desiderato último agilizar e normalizar a utilização das viaturas oficiais, designadamente, no sentido de propiciar aos serviços maior celeridade na sua actuação e, ao mesmo

tempo, contribuir para a racionalização dos meios que lhes estão afectos.

Neste contexto, trata-se de uma medida que merece a total concordância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Importa, ainda, sublinhar que a aprovação do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, constituiu igualmente o cumprimento de uma das medidas legislativas resultantes do acordo salarial, em 1999, celebrado com a Frente Sindical da Administração Pública, comportando por isso a chancela dos parceiros sociais, o que lhe confere um valor e importância acrescida.

O regime jurídico aprovado pelo decreto-lei em causa comporta soluções normativas que, na nossa perspectiva, se afiguram justas e equilibradas, tendo em conta os interesses tutelados, senão vejamos: por um lado, o regime agora aprovado em nada colide com os regimes vigentes relativos à responsabilidade civil do Estado por acidentes de viação, acidentes em serviço dos seus funcionários e deslocações em serviço destes funcionários, por outro lado, estabelece claramente os contornos da utilização das viaturas oficiais ao estipular que tal utilização não está ao alcance de qualquer funcionário mas tão-só e apenas dos funcionários ou agentes afectos a determinado tipo de funções e actividade e, ainda, ao fazer depender aquela utilização de uma autorização fundamentada, dos serviços e organismos da Administração Pública, o que lhe confere, na prática, o estatuto de instrumento adequado ao acréscimo dos meios disponíveis para fazer face às necessidades de funcionamento dos serviços.

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ª e Srs. Deputados, trata-se de um diploma que, na nossa perspectiva, contém boas e equilibradas soluções normativas, não sendo entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que haja qualquer necessidade de explicitar um texto legal que se nos afigura totalmente claro e conforme aos objectivos preconizados.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral). — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP). — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.ª e Srs. Deputados: O Decreto-Lei n.º 490/99 pretende regular as condições em que agentes e funcionários da administração central e local sem a categoria de motorista podem ser autorizados a conduzir viaturas oficiais.

Trata-se de um diploma que procura dar um enquadramento legal a situações que, de facto, sucedem na Administração Pública. Em ministérios e nos respectivos serviços, em câmaras e juntas de freguesia, há, por vezes, a necessidade de fazer deslocar funcionários sem que existam disponibilidades de motoristas para conduzir as viaturas e fazer transportar os agentes em serviço. Por isso, sucede serem estes últimos funcionários a conduzir as próprias viaturas oficiais dos serviços a que pertencem.

São situações de facto mas que, na verdade, não deveriam ocorrer, caso os quadros de pessoal fossem alargados e se tornassem suficientes e adequados às necessidades verificadas tanto na categoria de motoristas como em muitas outras categorias.

São situações que, em muitos outros casos, só poderão e deverão ser resolvidas com o cabal preenchimento

ou, inclusivamente, com a criação da categoria de motoristas nos actuais quadros de pessoal, designadamente em câmaras e especialmente em juntas de freguesia, o que impõe, desde já, não apenas por esta mas também por esta razão, o aumento das transferências financeiras da administração central para a administração local.

O PCP considera, no entanto, que é importante manter a capacidade de resposta da Administração a todos os níveis e, apenas por isso e neste contexto, compreendemos o espírito da iniciativa legislativa do Governo, concretamente do Decreto-Lei n.º 490/99. Mas o PCP também considera que esta iniciativa deve revestir um carácter transitório e manter-se apenas e enquanto as questões relativas ao aumento e/ou preenchimento dos quadros de pessoal não sejam adequadamente resolvidas.

Por isso, o PCP considera fundamental que o diploma em apreço se restrinja ao carácter pontual das situações que pretende resolver. Isto é, a permissão legal de condução de viaturas oficiais por funcionários sem a categoria de motoristas deve ser excepcional, devidamente fundamentada e concedida caso a caso, sempre e tal como consta do n.º 1 do artigo 2.º

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Mas já não é aceitável que, a pretexto da resolução de uma questão que é pontual e transitória, se criem condições para que esta situação se torne permanente e, ainda por cima, tenha cobertura legal.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador — É precisamente isto que o decreto-lei pretende gerar com o n.º 3 do mesmo artigo 2.º, quando estatui que «poderá ser conferida permissão genérica de condução aos funcionários» que não possuem a categoria de motorista.

Não queremos que os quadros de pessoal deixem de possuir motoristas e passem apenas a dispor de motoristas-audidores ou motoristas-fiscais.

O PCP considera, assim, necessário eliminar aquela norma e está disponível para contribuir para a sua erradicação do decreto-lei.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Orador. — Mas, Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado e Srs. Deputados, este decreto-lei — acrescento — não nos suscita apenas estas dúvidas.

Em primeiro lugar, também não nos parece admissível que os funcionários sem a categoria de motorista, a quem venha a ser permitida a possibilidade de conduzir viaturas oficiais, não possam beneficiar da atribuição de qualquer subsídio, abono e/ou suplemento, designadamente nos casos em que esses funcionários tenham categorias profissionais com remunerações e abonos inferiores à categoria de motorista. Além de inadmissível, parece-nos também injusto, já que o funcionário passa a desempenhar funções profissionais sem que tenha direito ao vencimento ou aos abonos correspondentes à categoria melhor remunerada.

Em segundo lugar, também não é visível o carácter não obrigatório da permissão a conceder. O facto de haver a possibilidade de funcionários poderem conduzir viaturas oficiais não permite aos superiores hierárquicos, sejam eles quais forem, obrigar qualquer funcionário a aceitar essa

possibilidade. Poder permitir não significa nunca, nem pode significar, poder obrigar. Mas este carácter não obrigatório não está contemplado no decreto-lei.

Em terceiro lugar, o decreto-lei também não acautela os níveis de responsabilidade a assumir pelos funcionários não motoristas a quem venha a ser permitido conduzir veículos oficiais. No decreto-lei apenas se prevê que estes funcionários respondam civilmente perante terceiros nos mesmos termos que os colegas motoristas. No entanto, nada se diz sobre a forma como lhes poderão ser imputadas responsabilidades disciplinares e penais resultantes de acidentes que ocorram enquanto estiverem a conduzir as viaturas oficiais. A criação de seguros que cubram estas novas responsabilidades destes funcionários não é, infelizmente, abordada no decreto-lei.

Trata-se, enfim, de um diploma que, com o argumento defensável — insisto — de pretender superar questões que se prendem com a eficácia e com a prontidão com que a Administração Pública pode e deve responder, cria problemas com carreiras de trabalhadores da função pública e da administração local que poderiam e deveriam ter sido melhor acautelados e deverão ser resolvidos num futuro próximo.

Com esta apreciação parlamentar pretende-se apenas, e agora, para já, assegurar, pelo menos, o carácter excepcional e pontual do diploma. Muito mais haveria certamente a fazer — estaremos disponíveis para tal —, mas para assegurar o carácter excepcional estamos, pontualmente e desde já, disponíveis.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa (Alexandre Rosa) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Permutam-me que, em primeiro lugar, e sendo a primeira vez que estou neste Plenário, saúdo o Sr. Presidente e os Srs. Deputados e me disponibilize para vir aqui sempre que for entendido necessário pelos Srs. Deputados. É para mim uma honra estar neste Hemiciclo.

Gostaria de dizer duas ou três coisas relativamente ao conteúdo do pedido de apreciação parlamentar, apresentado pelo Partido Social Democrata, e de tentar discutir as questões suscitadas pelo Sr. Deputado Joaquim Costa.

Naturalmente, o Governo agradece e está sensível às preocupações subjacentes às intervenções dos Srs. Deputados Joaquim Costa e Honório Novo. Naturalmente também, esta iniciativa legislativa nunca visou, por um lado, criar condições para que se abuse da utilização das viaturas do Estado para fins que não de serviço do Estado e, por outro, criar condições para afectar à função de motorista trabalhadores que não são motoristas.

Este diploma visa fundamentalmente duas situações: regular e normalizar uma situação que existia na Administração Pública, que era a de haver pessoas, trabalhadores não motoristas, com autorização para conduzir viaturas do Estado sem que estivessem claras na lei as condições em que o faziam, criar mecanismos de agilidade e de dinâmica da própria organização da gestão dos serviços públicos, no sentido de permitir que, mesmo em situações em que não haja disponibilidade de motoristas num determinado serviço, como disse o Sr. Deputado Honório Novo, o serviço não deixe de ser feito.

Por exemplo, se um técnico inseminador, que precisa de se deslocar com frequência a uma propriedade para fazer o seu trabalho de inseminação, designadamente numa vaca, para poder lá ir tem de estar dependente da existência, em determinado momento, de um motorista, provavelmente, a vaca não será inseminada no momento em que deve sê-lo

Da mesma forma, é sabido que em alguns serviços da Administração Pública há uma necessidade permanente de dotação de técnicos com viaturas. E atenção, Srs Deputados, que este diploma visa facilitar a utilização de carros do Estado por técnicos da Administração Pública que se desloquem em funções de fiscalização, auditorias e acompanhamentos de trabalhos no exterior, conforme consta do diploma, pelo que não se trata de generalizar a utilização e a condução de viaturas do Estado por funcionários não motoristas, trata-se de permitir que técnicos que tenham de se deslocar de forma rápida, numa determinada situação, o façam. É o que sucede, por exemplo, com os assistentes sociais que têm de visitar famílias, porque não há capacidade para os serviços terem tantos motoristas quantos os assistentes sociais que têm de se deslocar permanentemente, no âmbito das suas funções, a casa de famílias

Portanto, o diploma visa isto e não outra coisa

Conforme disse há pouco, obviamente, também estamos preocupados e somos sensíveis à necessidade de garantir que não haja abusos na utilização das viaturas do Estado. É o que esta iniciativa visa conseguir

Gostaria de dizer que este diploma, como já aqui foi referido pelo Sr Deputado do Partido Socialista, mereceu o acordo da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, pelas razões que se prendem com o facto de se sentir que há uma necessidade de agilizar, sem que tal signifique banalizar, a utilização das viaturas do Estado

Neste sentido, penso que há mecanismos de controlo bastantes neste diploma que permitem, exactamente, evitar o abuso da utilização das viaturas. No n.º 2 do artigo 2.º diz-se que a autorização é dada por fundamentação expressa do responsável máximo do serviço e dizem-se coisas que, provavelmente, até podem ser demais. Há quem diga que este n.º 2 do artigo 2.º é demasiadamente burocratizante para o fim a que se propõe, ao exigir que, caso a caso, em cada situação concreta o director-geral tenha de fazer um despacho em que determina a categoria do funcionário, o percurso da deslocação, o início e o termo da mesma, a fundamentação das atribuições do serviço ou organismo e a necessidade da deslocação dos seus funcionários. Há quem diga que, se calhar, isto é demasiadamente burocratizante, mas quise incluí-los aqui mecanismos que permitam um controlo, impedindo o abuso

Relativamente ao n.º 3 do artigo 2.º, cuja alteração é proposta pelo Partido Social Democrata e, pelo que entendi da intervenção do Sr Deputado Honório Novo, pelo Partido Comunista, gostaria de dizer que este é um ponto que não esconde qualquer objectivo, já que é muito claro o que aqui se diz

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Então, tire-o!

O Orador. — O que se passa é que há determinados tipos de serviços da Administração Pública, como toda a gente sabe. Naturalmente, na secretaria-geral de um qual-

quer ministério este problema não se coloca, já que o recurso a este tipo de situações é completamente pontual. Contudo, há serviços que, por força da sua natureza e função, têm necessidades diferenciadas e o que se pretende dizer é que não devemos tratar todos os serviços de igual forma, ou seja, que não devemos tratar realidades diferentes com os mesmos procedimentos. O que se diz neste n.º 3 é que em situações excepcionais, devidamente fundamentadas pelos dirigentes dos serviços, pode haver lugar à autorização genérica de utilização de viaturas do Estado

Chamo, no entanto, a vossa atenção para o facto de o termo «genérico» não significar que se podem extravasar os objectivos do diploma, não se podendo, portanto, ultrapassar os objectivos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º, já que o diploma se deve ler em todo o seu articulado e não isolando artigos. O que se pretende dizer com o n.º 3 é que, nas situações em que os serviços entendam que é necessário, pode haver uma proposta fundamentada que obterá despacho e autorização através do envolvimento de três Ministros, o Ministro da tutela, o Ministro das Finanças e o Ministro que tutela a Administração Pública

Penso que os mecanismos de controlo do potencial abuso estão consagrados. No entanto, e reportando-me às questões a que o Sr Deputado Joaquim Costa se referia, dos abusos mencionados na comunicação social, tenho de salientar que não estamos, nesse caso, a falar de utilizações abusivas de funcionários do Estado e, portanto, penso que essas questões não colhem neste domínio.

Neste sentido, o Governo está, naturalmente, disponível, como estará sempre, para melhorar os seus diplomas legais. Todavia, não nos parece, a não ser que os Srs Deputados Joaquim Costa e Honório Novo possam avançar com algumas explicitações mais claras do que pretendem, que as propostas que estão em cima da mesa neste momento devam conduzir à alteração do diploma, porque pensamos que as preocupações dos Srs Deputados estão perfeitamente salvaguardadas

Finalmente, queria referir-me a uma questão levantada pelo Sr Deputado Honório Novo, relativa ao problema dos seguros e às condições em que estes trabalhadores conduzem viaturas do Estado. Sabemos, naturalmente, que o Estado se auto-segura e qualquer motorista da Administração Pública conduz os carros do Estado não tendo seguro, porque o Estado faz o seu auto-seguro

No entanto, a questão da responsabilidade civil destes trabalhadores está perfeitamente assegurada, através, entre outros, do artigo 500.º do Código Civil. Lendo este preceito, torna-se muito claro que o Estado não pode passar para outros a responsabilidade dos problemas causados pelos seus funcionários e agentes no exercício das funções públicas que estão a desempenhar. Há pareceres bastantes da Procuradoria-Geral da República sobre esta matéria e não há dúvida alguma sobre o facto de não se poderem transferir para a responsabilidade civil do funcionário, a não ser por questões de natureza disciplinar, criminal, etc., as consequências de algumas situações que possam acontecer no exercício desta actividade

Finalizo, dizendo que tentei (não sei se consegui) esclarecer a posição do Governo face às questões levantadas pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Comunista Português, considerando o Governo que não parecem existir razões para alterar o diploma. Se se verificar — e faço um apelo aos Srs Deputados neste sentido — que o diploma não está a atingir os seus objectivos, porque

está a ser utilizado abusivamente, estaremos disponíveis para, nessa altura, intervir e mudar, aperfeiçoando a legislação.

No entanto, devo dizer — com todo o respeito que tenho pelas posições dos Srs Deputados — que não nos parece ser este o momento para o fazer, porque o diploma está a funcionar e ainda não criou qualquer problema

O Sr. Presidente (João Amaral). — Muito obrigado, Sr Secretário de Estado. Agradeço também os cumprimentos que endereçou à Assembleia da República, cumprimentos esses que a Mesa retribui

Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Costa

O Sr. Joaquim Costa (PSD). — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr. Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, começo por dizer-lhe que foi com prazer e com muita atenção que ouvi a exposição de V Ex.^a Quero, até, cumprimentá-lo pela cordialidade e pela maneira permissiva como analisou e criticou a nossa posição e, de seguida, gostaria de focar, sumariamente, dois ou três aspectos

Em primeiro lugar, o que é importante não é o que nós pensamos que vai acontecer com uma lei que se publica mas aquilo que efectivamente pode acontecer. Infelizmente, a prática e o conhecimento que temos leva-nos a concluir que este tipo de situações acontece de facto, e não vou trazer agora para aqui a discussão dos escândalos enormes que conhecemos pela utilização de viaturas do Estado mas tão-só aquilo que está em apreço.

Se V. Ex.^a acolher a proposta que o Partido Social Democrata aqui fez, deixa prevenidas todas as dúvidas que estavam colocadas e deixa a lei mais desburocratizada. Se eliminarmos o n.º 3 do artigo 2.º, permanece em vigor o resto do articulado, sendo o chefe de cada serviço que autoriza, ou não, a utilização de determinada viatura

Por outro lado, propomos também a extinção do artigo 6.º, porque, como V. Ex.^a certamente concordará, este artigo permite concluir que a não submissão das situações existentes neste momento ao novo decreto-lei poderá, eventualmente, esconder o branqueamento de benesses constituídas, que assim ficam fora do controlo deste decreto-lei

Portanto, penso que, em função da intervenção de V. Ex.^a, ficam criadas as condições para podermos, pela supressão destes dois artigos, ter um bom decreto-lei, que vai moralizar e regulamentar a utilização de viaturas oficiais

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral). — Também para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

O Sr. Honório Novo (PCP). — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr. Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, começo por agradecer a sua intervenção e a forma benévola como encarou a intervenção que produzi, bem como a possibilidade que levantou de, num futuro mais ou menos longínquo, rever a posição que neste momento traduziu perante a Câmara Segundo percebi da sua intervenção, o Sr Secretário de Estado está mesmo disposto, uma vez verificada uma prá-

tica não adequada às intenções do Governo, a poder vir a alterar a formulação do diploma. Creio, no entanto, que seria prudente fazê-la desde já

Parece-me, também, que o Sr. Secretário de Estado vocacionou muito a sua intervenção e a sua explicação apenas para uma parte da Administração Pública a quem se dirige este diploma. O Sr. Secretário de Estado falou dos serviços da administração central, mas gostaria de lhe lembrar que este diploma se aplica também à administração local. Acrescento ainda que me parece que, no conjunto dos funcionários a quem poderá ser aplicado este diploma no todo nacional, seria avisado, desde já, criar condições para que ele fosse, de facto, excepcional e para não poder vir a ser encarado, na globalidade da Administração Pública, como genérico.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Orador. — Antes de concluir, gostaria de colher a sua sensibilidade para esta questão e de reafirmar que talvez fosse possível, com um melhor esclarecimento de parte a parte, alterar alguns aspectos negativos deste diploma, ou que poderão vir a verificar-se como negativos

Para concluir, permita-me informá-lo que os parceiros sociais consultados para a elaboração deste decreto-lei, tanto quanto sei, não foram todos aqueles que poderiam ter sido e que, eventualmente, seria conveniente que tivessem sido. Pelo menos, eles não foram todos favoráveis aos termos deste diploma legal

O Sr. Presidente (João Amaral). — Sr Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização do Território, ainda pretende usar da palavra?

O Sr. Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização do Território. — Sim, Sr. Presidente

O Sr. Presidente (João Amaral). — Tem a palavra para intervir.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — Discutimos isto em Comissão! Tem de baixar à Comissão!

O Sr. Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização do Território. — Claro que sim, Sr Deputado!

Sr. Presidente e Srs Deputados, em primeiro lugar, queria agradecer as segundas intervenções que fizeram

Na sequência do que disse na minha primeira intervenção, gostaria de referir que, naturalmente, o Governo está sempre disponível para melhorar e para aperfeiçoar os diplomas legislativos. Temos toda a consciência de que nem sempre se legisla da melhor forma e, portanto, mudar é humano. De facto, estamos sempre disponíveis para admitir que nos enganamos e para alterar as nossas posições; porém, não nos parece, em termos gerais, que, seja esse o caso, neste diploma

No que respecta à questão do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, o n.º 2 desse artigo fecha fortemente a situação de condução de viaturas oficiais e o n.º 3 agiliza-a, mas não agiliza para criar condições em que se «venda gato por lebre» — e esta é a questão de fundo! Não é disto que se trata, obviamente, porque, como dizia há pouco, o n.º 3 não pode ser lido fora dos n.ºs 1, 2 e 4 do mesmo artigo, assim como de todo o articulado do diploma.

Portanto, mesmo esta autorização genérica, prevista no n.º 3 do artigo 2.º, conferida por despacho de três ministros, será sempre baseada, naturalmente, numa proposta fundamentada do serviço, que é clara, está escrita e é nesse contexto que as questões serão eventualmente autorizadas, se for esse o caso

O Sr Joaquim Costa (PSD) — É genérica!

O Orador — É preciso interpretar o que significa aqui a expressão «permissão genérica». Significa que a autorização de condução não é dada caso a caso, ou seja, não é dada ao funcionário António, Joaquim, Manuel, em cada dia. Se um funcionário não tiver uma autorização genérica e sair quatro vezes durante um dia com a viatura oficial, para destinos diferentes, poderá, eventualmente, ter de ter, de acordo com o n.º 2 do artigo 2.º deste decreto-lei, um despacho casuístico do director-geral a fixar-lhe o percurso, a data de saída, a data de chegada, etc.

Entende-se aqui por genérico, por exemplo, o caso dos inspectores de uma determinada inspecção-geral que, em caso de necessidade, estão autorizados a utilizar a viatura do Estado para serviço, não podendo utilizar genericamente o veículo para aquilo que quiserem. Parece-nos ser uma norma que facilita, desburocratiza e simplifica os procedimentos.

Relativamente ao artigo 6.º, a questão é ligeiramente diferente. Do nosso ponto de vista, pensamos que não haveria necessidade de o alterar, mas gostava de afirmar, neste Plenário, que, naturalmente, estarei disponível para, quando os Srs Deputados quiserem, ir à Comissão discutir os aperfeiçoamentos do diploma, nomeadamente a questão do artigo 6.º. Penso que não há qualquer razão para o alterar, mas tenho toda a disponibilidade para, em sede de Comissão, podermos discutir esta questão com o pormenor que for necessário. Aliás, sendo eu Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, mal me ficaria que não tivesse disponibilidade para acolher as sugestões de simplificação e de desburocratização e, naturalmente, de garantia da correcta utilização dos bens públicos ao serviço do Estado.

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, não há na Mesa inscrições para pedidos de esclarecimentos, pelo que dou por encerrada a discussão.

Há uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, e creio que haverá acordo em que ela baixe à 9.ª Comissão, para ser aí discutida e votada.

Srs Deputados, não há mais matéria na ordem de trabalhos fixada para hoje. A próxima reunião plenária terá lugar no próximo dia 2 de Fevereiro, quarta-feira, pelas 15 horas, constando de um período de antes da ordem do dia e de um período da ordem do dia, no qual terá lugar a discussão do projecto de lei n.º 56/VIII (PCP), do projecto de resolução n.º 18/VIII (PSD) e dos projectos de lei n.º 43/VIII (Os Verdes) e 30/VIII (BE).

Srs Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 35 minutos

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
Carlos Manuel Luís
Cláudio Ramos Monteiro
Dinis Manuel Prata Costa
Jámla Bárbara Madeira e Madeira
João Pedro da Silva Correia
Jorge Lacão Costa
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Carlos das Dores Zorrinho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
Manuel Alegre de Melo Duarte
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Domingos Duarte Lima
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
José Eduardo Rêgo Mendes Martins
José Frederico de Lemos Salter Cid
José Manuel Durão Barroso
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
Pedro Manuel Cruz Roseta
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Miguel de Santana Lopes
Sérgio André da Costa Vieira

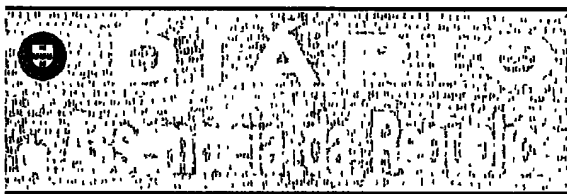
Partido Comunista Português (PCP)

Bernardino José Torrão Soares
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
Octávio Augusto Teixeira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Isabel Maria de Almeida e Castro

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTES NÚMEROS 200\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.

Portanto, mesmo esta autorização genérica, prevista no n.º 3 do artigo 2.º, conferida por despacho de três ministros, será sempre baseada, naturalmente, numa proposta fundamentada do serviço, que é clara, está escrita e é nesse contexto que as questões serão eventualmente autorizadas, se for esse o caso.

O Sr. Joaquim Costa (PSD): — É genérica!

O Orador: — É preciso interpretar o que significa aqui a expressão «permissão genérica». Significa que a autorização de condução não é dada caso a caso, ou seja, não é dada ao funcionário António, Joaquim, Manuel, em cada dia. Se um funcionário não tiver uma autorização genérica e sair quatro vezes durante um dia com a viatura oficial, para destinos diferentes, poderá, eventualmente, ter de ter, de acordo com o n.º 2 do artigo 2.º deste decreto-lei, um despacho casuístico do director-geral a fixar-lhe o percurso, a data de saída, a data de chegada, etc.

Entende-se aqui por genérico, por exemplo, o caso dos inspectores de uma determinada inspecção-geral que, em caso de necessidade, estão autorizados a utilizar a viatura do Estado para serviço, não podendo utilizar genericamente o veículo para aquilo que quiserem. Parece-nos ser uma norma que facilita, desburocratiza e simplifica os procedimentos.

Relativamente ao artigo 6.º, a questão é ligeiramente diferente. Do nosso ponto de vista, pensamos que não haveria necessidade de o alterar, mas gostava de afirmar, neste Plenário, que, naturalmente, estarei disponível para, quando os Srs. Deputados quiserem, ir à Comissão discutir os aperfeiçoamentos do diploma, nomeadamente a questão do artigo 6.º. Penso que não há qualquer razão para o alterar, mas tenho toda a disponibilidade para, em sede de Comissão, podermos discutir esta questão com o pormenor que for necessário. Aliás, sendo eu Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, mal me ficaria que não tivesse disponibilidade para acolher as sugestões de simplificação e de desburocratização e, naturalmente, de garantia da correcta utilização dos bens públicos ao serviço do Estado.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, não há na Mesa inscrições para pedidos de esclarecimentos, pelo que dou por encerrada a discussão.

Há uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, e creio que haverá acordo em que ela baixe à 9.ª Comissão, para ser aí discutida e votada.

Srs. Deputados, não há mais matéria na ordem de trabalhos fixada para hoje. A próxima reunião plenária terá lugar no próximo dia 2 de Fevereiro, quarta-feira, pelas 15 horas, constando de um período de antes da ordem do dia e de um período da ordem do dia, no qual terá lugar a discussão do projecto de lei n.º 56/VIII (PCP), do projecto de resolução n.º 18/VIII (PSD) e dos projectos de lei n.ºs 43/VIII (Os Verdes) e 30/VIII (BE).

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 35 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
Carlos Manuel Luís
Cláudio Ramos Monteiro
Dinis Manuel Prata Costa
Jamila Bárbara Madeira e Madeira
João Pedro da Silva Correia
Jorge Lacão Costa
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Carlos das Dores Zorrinho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
Manuel Alegre de Melo Duarte
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Domingos Duarte Lima
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
José Eduardo Rêgo Mendes Martins
José Frederico de Lemos Salter Cid
José Manuel Durão Barroso
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
Pedro Manuel Cruz Roseta
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Miguel de Santana Lopes
Sérgio André da Costa Vieira

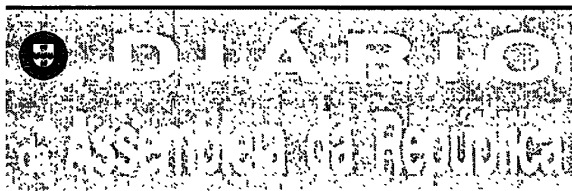
Partido Comunista Português (PCP):

Bernardino José Torrão Soares
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
Octávio Augusto Teixeira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 200\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa